

Adami S/A. -
Madeiras

**Informações contábeis
intermediárias em 30 de junho de
2016**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone 55 (47) 3205-7800, Fax 55 (47) 3205-7815
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Adami S/A. - Madeiras
Caçador - SC

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Adami S/A. - Madeiras "Companhia", em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Joinville, 29 de julho de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcelo Lima Tonini', written over a circular stamp or seal.

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC

Adami S/A. - Madeiras

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2016	31/12/2015	Passivo	Nota	30/06/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	93.378	105.493	Fornecedores		35.979	47.851
Contas a receber de clientes	6	104.528	90.278	Empréstimos e financiamentos	14	83.749	140.265
Estoques	7	60.374	60.731	Debêntures	15	30.466	30.498
Impostos a recuperar	8	33.604	40.268	Salários e encargos sociais		14.091	11.910
Ativos biológicos	9	29.260	29.260	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		3.674	10.153
Instrumentos financeiros derivativos	22.j	260	19.274	Adiantamento de clientes		372	244
Outras contas a receber		4.566	2.666	Impostos e contribuições à recolher		6.059	16.634
		<u>325.970</u>	<u>347.970</u>	Instrumentos financeiros derivativos	22.j	35.934	-
				Outras contas a pagar		17.210	14.750
						<u>227.534</u>	<u>272.305</u>
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	8	22.567	21.622	Empréstimos e financiamentos	14	159.978	122.663
Depósitos judiciais	10	6.090	6.376	Debêntures	15	83.147	98.265
Dividendos a receber de coligadas		-	2.192	Impostos e contribuições à recolher		500	638
Outras contas a receber		4	2.548	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	118.308	136.591
Mútuos com coligadas	16.b	300	1.178	Provisão para contingências	10	4.267	5.569
Investimentos	12	40.823	33.852			<u>366.200</u>	<u>363.726</u>
Imobilizado	13	462.526	471.922				
Ativos biológicos	9	188.218	189.537				
		<u>720.528</u>	<u>729.227</u>				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17	100.000	100.000
				Ajustes de avaliação patrimonial		181.981	182.486
				Reservas de lucros		158.680	158.680
				Lucros acumulados		12.103	-
						<u>452.764</u>	<u>441.166</u>
Total do ativo		<u>1.046.498</u>	<u>1.077.197</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.046.498</u>	<u>1.077.197</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstrações de resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Receita operacional líquida	18	311.158	308.228
Custo dos produtos vendidos	19	<u>(231.229)</u>	<u>(208.422)</u>
Lucro bruto		79.929	99.806
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	19	(41.209)	(39.755)
Administrativas	19	(18.576)	(15.800)
Resultado da equivalência patrimonial	12	5.980	5.057
Outras receitas e despesas operacionais	20	<u>17.285</u>	<u>7.474</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		43.409	56.782
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	63.621	28.333
Despesas financeiras	21	<u>(92.947)</u>	<u>(56.692)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.083	28.423
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(20.756)	(13.095)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>18.283</u>	<u>6.379</u>
Resultado do período		<u>11.610</u>	<u>21.707</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Resultado do período	11.610	21.707
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>11.610</u></u>	<u><u>21.707</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Legal	Retenção	Lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		100.000	187.826	7.456	30.854	79.519	-	405.655
Distribuição de dividendos		-	-	-	(5.820)	-	-	(5.820)
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	(525)	-	-	-	525	-
Resultado do período		-	-	-	-	-	21.707	21.707
Destinações:								
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(3.300)	(3.300)
Saldos em 30 de junho de 2015		<u>100.000</u>	<u>187.301</u>	<u>7.456</u>	<u>25.034</u>	<u>79.519</u>	<u>18.932</u>	<u>418.242</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		100.000	182.486	10.167	63.528	84.985	-	441.166
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	(505)	-	-	-	505	-
Resultado do período		-	-	-	-	-	11.610	11.610
Destinações:								
Juros sobre o capital próprio	17.c	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Saldos em 30 de junho de 2016		<u>100.000</u>	<u>181.981</u>	<u>10.167</u>	<u>63.528</u>	<u>84.985</u>	<u>12.103</u>	<u>452.764</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	11.610	21.707
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades provenientes das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	13.755	11.815
Exaustão	5.740	5.524
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e contingências	106	128
Impostos diferidos	(18.283)	(6.379)
Variações monetárias e juros incorridos e não realizados	43.592	41.443
Resultado na venda de ativos imobilizados	(60)	13
Equivalência patrimonial	(5.980)	(5.057)
	<u>50.480</u>	<u>69.194</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(14.356)	(3.956)
Estoques	357	(3.132)
Impostos a recuperar	5.719	(22.590)
Outras contas a receber	930	12.327
Fornecedores	(11.872)	(671)
Impostos e contribuições a recolher	(10.713)	5.604
Outras contas a pagar	3.507	7.917
	<u>24.052</u>	<u>64.693</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e intangível	(7.385)	(20.293)
Aquisições de ativos biológicos	(4.421)	(4.347)
Aquisições de investimentos	(94)	(88)
Recebimentos de dividendos	2.192	2.500
Recebimentos por vendas de ativos imobilizados	166	33
	<u>(9.542)</u>	<u>(22.195)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(6.490)	(5.975)
Empréstimos, financiamentos e debêntures tomados	127.609	220.348
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(147.744)	(200.863)
	<u>(26.625)</u>	<u>13.510</u>
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos		
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.115)</u>	<u>56.008</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	105.493	51.434
No fim do período	<u>93.378</u>	<u>107.442</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.115)</u>	<u>56.008</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Adami S/A. Madeiras é uma Companhia de capital fechado com sede na cidade de Caçador (SC), Rua Nereu Ramos, 196, Centro. Tem por objetivo social a industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados; a fabricação e comercialização de embalagens em geral; a fabricação, beneficiamento e comercialização de papel e papelão; fabricação e comercialização de pasta mecânica e química de madeira; a agro-pecuária; o reflorestamento e florestamento; o comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializado, a prestação de serviços de instalação de produtos de madeira em obras civis e a participação em outras sociedades.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 29 de julho de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas na nota explicativa 9 - Ativos biológicos e nota explicativa 13 - Imobilizado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação e são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando existe o direito legal ou a intenção de liquidar os valores em uma base líquida, ou de realizar o ativo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos e passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem financiamentos, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e exista a intenção de liquidar em uma base líquida ou de quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de eliminar riscos de determinadas exposições a risco de moeda.

c. *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

d. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edificações	10 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20 anos
Veículos	3 a 15 anos
Bens adquiridos por <i>leasing</i>	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20 anos
Outros ativos fixos	5 anos

Pela adoção do custo atribuído, assim como requerido pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo CPC 27, a Companhia assumiu, em 1º de janeiro de 2009, a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado pela adoção do custo atribuído.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

g. Redução ao valor recuperável - (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de contas a receber de clientes por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representado pelo valor contábil. Sobre estes montantes não existem riscos de crédito.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, apurados na data de apresentação das informações contábeis.

(iii) Ativos biológicos

Referem-se às florestas de pinus mantidas pela Companhia para atividade madeireira e produção de papel e embalagens de papelão ondulado. São mensuradas a custo histórico até o sexto ano, e valorizados a valor justo as florestas com ciclo maior que sete anos, pelo preço de mercado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Avaliado a valor justo com base em informações da instituição financeira contraparte.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	2.322	1.835
Aplicações financeiras	91.056	103.658
	93.378	105.493

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Contas a receber de clientes

	30/06/2016	31/12/2015
No País	98.425	85.764
No Exterior	11.432	10.017
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.329)	(5.503)
	104.528	90.278

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	30/06/2016	31/12/2015
A vencer	101.834	87.078
Vencidos há 30 dias	963	2.283
Vencidos de 31 a 60 dias	542	281
Vencidos de 61 a 90 dias	39	168
Vencidos de 91 a 180 dias	376	380
Vencidos há mais de 180 dias	6.103	5.591
	109.857	95.781
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.329)	(5.503)
	104.528	90.278

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial no início do exercício	5.503	10.711
Adições	106	128
Baixas	<u>(280)</u>	<u>(5.336)</u>
Saldo no final do exercício	<u>5.329</u>	<u>5.503</u>

As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica “despesas com vendas” na demonstração de resultado.

Garantias

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui o valor de R\$ 15.627 (R\$ 16.677 em 31 de dezembro de 2015) de duplicatas a receber de clientes dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

7 Estoques

	30/06/2016	31/12/2015
Produtos acabados-madeira	1.433	1.782
Produtos acabados-embalagem	1.419	2.263
Produtos em elaboração	3.294	640
Matérias-primas e materiais auxiliares	30.453	30.947
Almoxarifado	19.031	18.069
Adiantamentos a fornecedores	1.986	2.049
Outros	<u>2.758</u>	<u>4.981</u>
	<u>60.374</u>	<u>60.731</u>

A Companhia realiza o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. Durante o período de seis meses de 2016, não houve necessidade de provisão.

8 Impostos a Recuperar

	30/06/2016	31/12/2015
IPI à recuperar (a)	44.597	50.786
ICMS à recuperar	5.899	4.557
IRPJ e CSLL à recuperar	1.234	4.810
Outros impostos à recuperar	<u>4.441</u>	<u>1.737</u>
	<u>56.171</u>	<u>61.890</u>
Circulante	33.604	40.268
Não Circulante	22.567	21.622

- (a) O saldo de IPI a recuperar refere-se principalmente a créditos decorrentes de um processo judicial de créditos de IPI no valor total de R\$ 63.291 (nota explicativa 20) incidentes na aquisição de matérias-primas, isentas, não tributadas ou sujeitas a alíquota zero, o qual teve seu trânsito em julgado em favor da Companhia. A Companhia estima compensar a totalidade do crédito até o ano de 2017.

9 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na atividade madeireira, produção de portas e produção de papel e embalagens de papelão ondulado.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço da madeira, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

a. Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) São mantidas a custo histórico as florestas de pinus e eucalipto até o sexto ano de plantio, em decorrência do entendimento da administração de que durante esse período, o custo histórico melhor representa o valor justo desses ativos biológicos;
- (ii) As florestas, a partir do 7º ano de plantio, são valorizadas por seu valor justo, considerando o inventário florestal em cada data base, valorizado a preço de mercado da madeira em pé, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo; e
- (iii) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratarem-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo.

b. Movimentação dos ativos biológicos

Saldo em 31 de dezembro de 2014	212.308
Novas plantações	9.196
(-) Exaustão (a)	(20.781)
Ajuste ao valor justo (b)	18.074
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	218.797
Novas plantações	4.421
(-) Exaustão	(5.740)
	<hr/>
Saldo em 30 de junho de 2016	217.478
	<hr/> <hr/>
Circulante	29.260
Não circulante	188.218

- (a) Do valor total exaurido no exercício de 2015, o montante de R\$ 9.792, o qual líquido dos efeitos tributários corresponde a R\$ 6.463, refere-se a exaustão da parcela do ajuste de valor justo das florestas e foram realizados da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.
- (b) Os valores de ajuste ao valor justo, líquidos dos efeitos tributários no exercício de 2015 resultaram em R\$ 11.929 foram contabilizados no resultado do exercício na rubrica custo dos produtos vendidos e foram transferidos para reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.

A Companhia realiza a atualização da mensuração do valor justo dos ativos biológicos no final de cada período de competência, conforme permitido pelas práticas contábeis brasileiras. Consequentemente, essa atualização não foi refletida nessas nas informações contábeis intermediárias.

O ativo biológico classificado no circulante corresponde a estimativa da administração para a extração de árvores em 2016.

10 Depósitos judiciais e provisão para contingências

Depósitos judiciais	30/06/2016	31/12/2015
Tributários	4.243	5.531
Trabalhistas	1.847	845
	<u>6.090</u>	<u>6.376</u>
Provisão para contingências	30/06/2016	31/12/2015
Trabalhistas	1.000	1.000
Cíveis	250	250
Tributários	-	1.288
Honorários	1.013	1.027
Ambientais	2.004	2.004
	<u>4.267</u>	<u>5.569</u>

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos fiscais, tributários, trabalhistas e ambientais contra os quais foram interpostos recursos.

Contingências possíveis

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui processos no montante total estimado de R\$ 21.691 (R\$ 21.691 em 31 de dezembro de 2015), cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

11 Impostos de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/06/2016	31/12/2015
Ativo não circulante		
Provisão para contingências	1.451	1.894
Provisão para comissões	607	624
Provisão para <i>impairment</i>	3.354	3.354
Derivativos tributados na liquidação financeira	12.129	-
Outras provisões temporárias	2.964	2.933
	<u>20.505</u>	<u>8.805</u>
Passivo não circulante		
Custo atribuído	(83.475)	(83.475)
Ativo biológico (nota explicativa 9)	(43.781)	(43.781)
Reavaliação do ativo imobilizado realizada antes da adoção custo atribuído	(10.273)	(10.533)
Derivativos tributados na liquidação financeira	-	(6.553)
Outras receitas temporárias	(1.284)	(1.054)
	<u>(138.813)</u>	<u>(145.396)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	<u>(118.308)</u>	<u>(136.591)</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são calculados sobre adições temporárias, as quais serão realizadas na proporção da solução final dos eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucratividade fiscal futura.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si.

b. Demonstração do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2016	30/06/2015
Lucro antes dos impostos	14.083	28.423
Alíquota básica	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(4.788)	(9.664)
(Adições) e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	4	1.122
Equivalência patrimonial	(2.033)	(1.719)
Outras (adições) exclusões	<u>4.344</u>	<u>3.545</u>
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>(2.473)</u>	<u>(6.716)</u>
Alíquota efetiva	18%	24%

12 Investimentos

	Passos Maia Energética S.A (a)	Cia Bom Sucesso de Eletricidade (b)	Outros	Total em 30 de junho de 2016	Total em 31 de dezembro de 2015
<i>Informações das investidas</i>					
Patrimônio líquido	70.735	6.630	-	77.365	65.405
Resultado do período	11.960	-	-	11.960	-
Participação no capital em %	50%	32,6%	-	-	-
<i>Movimentação dos investimentos</i>					
Saldos dos investimentos no início do exercício / período	29.387	2.091	2.374	33.852	29.790
Dividendos creditados/recebidos	-	-	-	-	(5.439)
Aquisições	-	-	11	11	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.267	(287)	980	270
Resultado de equivalência patrimonial	5.980	-	-	5.980	9.231
Saldos dos investimentos no fim do período	<u>35.367</u>	<u>3.358</u>	<u>2.098</u>	<u>40.823</u>	<u>33.852</u>

- (a) A PCH - Passos Maia é um pequena central hidrelétrica com capacidade de geração de energia de 25 MW. De acordo com o CPC 19 (R2), a Companhia classificou seu investimento em negócios em conjunto como empreendimentos controlados em conjunto e o mantém avaliado por equivalência patrimonial.
- (b) A Companhia possui participação de 32,6% na coligada Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, sendo esta uma unidade geradora de energia e que fornece cerca de 30% de sua produção para a Adami S/A- Madeiras. O restante da energia produzida é fornecida ao outro acionista controlador da Companhia coligada a qual não é consolidada.

13 Imobilizado

Movimentação do custo e depreciação

<i>Movimentação do custo</i>	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Bens adquiridos por leasing	Equipamentos de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	169.669	119.247	340.313	2.818	6.401	20.233	2.722	34.050	4.339	699.792
Adições	1.250	375	-	267	948	-	256	26.252	11.079	40.427
Baixas	-	(26)	(589)	(42)	(564)	(120)	-	-	-	(1.341)
Transferências	-	16.210	28.097	62	131	-	25	(30.611)	(13.914)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	170.919	135.806	367.821	3.105	6.916	20.113	3.003	29.691	1.504	738.878
Adições	4.513	-	663	48	247	-	190	1.042	682	7.385
Baixas	-	-	(94)	(55)	(153)	(76)	(70)	(73)	(2.150)	(2.671)
Transferências	-	1.440	18.907	3	38	-	-	(20.388)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>175.432</u>	<u>137.246</u>	<u>387.297</u>	<u>3.101</u>	<u>7.048</u>	<u>20.037</u>	<u>3.123</u>	<u>10.272</u>	<u>36</u>	<u>743.592</u>
<i>Movimentação da depreciação</i>										
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	22.044	196.790	1.763	3.489	10.178	1.682	108	-	236.054
Depreciação no período	-	3.647	24.296	200	1.177	2.549	345	88	-	32.302
Baixa	-	(63)	(840)	(35)	(341)	(120)	-	(1)	-	(1.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	25.628	220.246	1.928	4.325	12.607	2.027	195	-	266.956
Depreciação no período	-	1.673	10.569	105	581	1.240	178	58	-	14.404
Baixa	-	-	(53)	(46)	(55)	(76)	(64)	-	-	(294)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>-</u>	<u>27.301</u>	<u>230.762</u>	<u>1.987</u>	<u>4.851</u>	<u>13.771</u>	<u>2.141</u>	<u>253</u>	<u>-</u>	<u>281.066</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2015	170.919	110.178	147.575	1.177	2.591	7.506	976	29.496	1.504	471.922
Saldos líquidos em 30 de junho de 2016	175.432	109.945	156.535	1.114	2.197	6.266	982	10.019	36	462.526

Garantias

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, uma propriedade com o valor de R\$ 130.343 está vinculada a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração não identificou necessidade de complemento da provisão para *impairment* para o período apresentado.

14 Empréstimos e financiamentos

	Encargos em 2016	Moeda	30/06/2016	31/12/2015
Moeda nacional:				
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,5% a 16,83% a.a. ou 9,5% a.a. + cesta de moedas	R\$	14.175	15.798
Arrendamento mercantil	6% a.a. + CDI	R\$	863	1.138
Capital de giro	3,05% a 4,2% a.a.+ CDI ou 5,9% a.a. + 30% CDI + 70% TJLP	R\$	<u>65.600</u>	<u>74.293</u>
Total moeda nacional			<u>80.638</u>	<u>91.229</u>
Moeda estrangeira:				
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,25% a 3% a.a.+ Libor ou Euribor + variação cambial	US\$	1.902	6.075
Arrendamento mercantil	7,63% a.a. + variação cambial	US\$	7.096	10.361
Capital de giro	4,425% a.a. + variação cambial	US\$	2.025	3.695
Pré-pagamento de exportação	3,6% a.a. a 7,83 % a.a. + variação cambial	US\$	<u>152.066</u>	<u>151.568</u>
Total moeda estrangeira			<u>163.089</u>	<u>171.699</u>
Total de empréstimos e financiamentos			<u>243.727</u>	<u>262.928</u>
Circulante			83.749	140.265
Não circulante			159.978	122.663

Os empréstimos e financiamentos foram contratados objetivando o financiamento do capital de giro e a expansão do parque industrial. Como garantia dos financiamentos, foram cedidos em cessão fiduciária duplicatas e foram alienados fiduciariamente máquinas e equipamentos e uma propriedade.

Em 30 de junho de 2016, as parcelas do não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

2017	21.927
2018	79.816
2019	36.331
Após 2019	21.904
	<hr/>
	159.978
	<hr/>

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que requerem o cumprimento de “*debt covenants*”, os quais foram integralmente atingidos em 30 de junho de 2016.

15 Debêntures

Em 13 de fevereiro de 2015, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com esforços restritos de distribuição com vencimento final em 27 de março de 2020, a qual foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2015. Em 31 de julho de 2015 as debêntures foram convoladas para debentures simples da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com vencimento final em 27 de março de 2020. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

- Montante: R\$ 150.000.000,00 correspondentes a 15.000 debêntures;
- Data: (a) emissão: 13 de fevereiro de 2015 e (b) vencimento: 27 de março de 2020;
- Amortização: Em 17 parcelas iguais trimestrais, a partir do décimo segundo mês, contados da data de emissão;
- Remuneração: juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano; e
- Pagamento da remuneração: 20 parcelas trimestrais, com vencimento em junho de 2015 a março de 2020.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestralmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e *ebitda* igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 30 de junho de 2016.

Durante o ano de 2015 os debenturistas subscreveram 12.850 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 128.500. As debêntures remanescentes não serão subscritas pois o prazo para a subscrição se encerrou.

16 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos diretores e a remuneração paga pelos serviços em 30 de junho de 2016 foi de R\$ 3.334 (R\$ 4.475 em 31 de dezembro de 2015).

b. Transações e saldos

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui R\$ 300 (R\$ 1.178 em 31 de dezembro de 2015) de mutuo a receber de partes relacionadas, registradas em seu ativo não circulante.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado está representado por um total de 212.876 ações ordinárias sem valor nominal estão, assim dividido entre os acionistas em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	%
Vanira Tereza Gomes Adami	30,2539
Jose Adami Neto	19,2623
Victor Batista Adami Filho	17,4896
Diva Adami Telck	13,5800
Mauricio Roberto Adami Telck	7,4809
Mariane Aparecida Telck Adami de A. Pereira	4,5266
Marília Regina Abdalla Telck	4,5266
Maria Beatriz Adami Rotta	2,8801
	<hr/>
	100,0000

b. Reservas de lucros

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

- **Reserva de retenção**

É destinada a aplicação em investimentos para expansão e ao reforço de capital de giro.

- **Reserva de lucros a realizar**

A reserva de lucros a realizar registra os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquidos dos efeitos tributários, os quais ainda não foram realizados econômica e financeiramente. Quando da realização efetiva dos ativos biológicos através da exaustão, a parcela exaurida é transferida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

No período de seis meses de 2016, a Companhia creditou aos seus acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 10 (R\$ 7.451 em 31 de dezembro de 2015), líquido do imposto de renda na fonte de R\$ 2 (R\$ 1.315 em 31 de dezembro em 2015), o qual foi calculado considerando o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores e considerando o limite de 50% dos lucros acumulados. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas informações contábeis, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados nas destinações de resultados.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como imposto de renda e contribuição social diferidos.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem.

18 Receita operacional líquida

Abaixo a Companhia apresenta a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	30/06/2016	30/06/2015
Venda de produtos e serviços	370.124	366.751
Deduções de vendas	<u>(58.966)</u>	<u>(58.523)</u>
Receita líquida	<u><u>311.158</u></u>	<u><u>308.228</u></u>

19 Despesas por natureza

	30/06/2016	30/06/2015
Matéria prima e materiais de uso e consumo	129.677	120.938
Despesas com pessoal	55.160	45.663
Despesas com frete	21.298	19.704
Depreciações e amortizações	13.755	11.815
Exaustão	5.740	5.524
Despesas com comissões	5.327	6.312
Benefícios a empregados	3.826	3.563
Impostos, taxas e contribuições	287	612
Despesas com propaganda	28	44
Outras receitas e despesas	55.916	49.802
	291.014	263.977
Classificação por função		
Custo dos produtos vendidos	231.229	208.422
Vendas	41.209	39.755
Administrativas	18.576	15.800
	291.014	263.977

20 Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2016	30/06/2015
Ganho líquido na alienação de bens	60	13
Créditos fiscais de IPI (nota explicativa 8.a)	15.670	7.193
Outras receitas	1.555	268
	17.285	7.474

21 Receitas financeiras e despesas financeiras

Receitas financeiras	30/06/2016	30/06/2015
Variações cambiais ativas	55.412	12.695
Juros aplicações financeira	7.379	4.453
Ganho com derivativos (nota 22.j)	-	10.851
Variações monetárias ativas	737	-
Outras receitas financeiras	93	334
	<hr/>	<hr/>
	63.621	28.333
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	(21.893)	(35.229)
Juros	(26.083)	(21.094)
Variações monetárias passivas	(346)	(349)
Perdas com derivativos (nota 22.j)	(44.543)	-
Outras despesas financeiras	(82)	(20)
	<hr/>	<hr/>
	(92.947)	(56.692)
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro líquido	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	(29.326)	(28.359)

22 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2016 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

(i) **Contas a receber de clientes e outros créditos**

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas.

(ii) **Aplicações financeiras**

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em instituições consideradas de baixo risco. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

O valor contábil dos principais ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	93.378	105.493
Contas a receber de clientes	104.528	90.278
Total	197.906	195.771

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica. Também não possui risco de crédito por tipo de conta parte, pois os principais clientes não são representativos em relação ao total do contas a receber. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, são mantidos saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 30 de junho de 2016, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra estrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

e. Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

f. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o ano. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

g. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de taxa de juros estavam assim representados:

Valor contábil	30/06/2016	31/12/2015
Instrumentos financeiros com taxa de juros pós-fixada		
Aplicações financeiras	91.056	103.658
Financiamentos e empréstimos	72.917	97.304
Debêntures	113.613	128.763
Instrumentos financeiros derivativos	35.674	-

h. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A exposição contábil da Companhia estava assim representada:

	30/06/2016	
	Moeda estrangeira (US\$ mil)	R\$
Ativo		
Numerários em trânsito	544	1.746
Contas a receber	3.561	11.432
Contratos de Swap	47.376	152.072
Passivo		
Fornecedores	(164)	(528)
Empréstimos	(50.810)	(163.089)
Exposição líquida	507	1.633

i. Valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações contábeis intermediárias foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. O valor justo desses instrumentos financeiros se equivale aos respectivos valores contábeis.

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	91.056	91.056	103.658	103.658
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	104.528	104.528	90.278	90.278
Empréstimos, financiamentos e debêntures	357.340	357.340	391.691	391.691
Fornecedores	35.979	35.979	47.851	47.851
Instrumentos financeiros derivativos	35.674	35.674	19.274	19.274

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

- **Contas a receber de clientes e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os saldos classificados em outras contas a receber que se referem ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos não estão incluídos nesse valor.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas variáveis / pós fixadas que se equivalem às taxas de mercado.

j. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia operou com instrumentos financeiros derivativos para *Hedge* de exposição de Contrato de Moeda Estrangeira, cujo valor justo em 30 de junho de 2016 resultou em uma perda de R\$ 44.543 (ganho de R\$ 10.851 no mesmo período de 2015) os quais foram registrados nas rubricas de receitas financeiras e despesas financeiras (nota explicativa 21).

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos vigentes, cujo valor justo líquido passivo é de R\$ 35.674 (R\$ 19.274 líquido ativo em 31 de dezembro de 2015).